

## **Resolução SEDUC nº 91, de 30-9-2021**

Altera a Resolução Seduc 78, de 27-10-2020,  
Que estatui normas complementares ao Decreto 65.231, de 07-10- 2020, que dá  
nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Decreto  
53.559, de 15-10-2008, nos termos da Lei 11.498, de 15-10-2003

O Secretário da Educação resolve:

Artigo 1º - Alterar dispositivos da Resolução Seduc 78, de 27-10-2020, que  
passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o artigo 5º:

Artigo 5º- O pagamento do subsídio será efetuado por meio de reembolso parcial  
ou total das despesas realizadas com a aquisição de equipamentos tecnológicos  
pelos integrantes do Quadro do Magistério a que se referem os  
incisos I e II, do artigo 2º, desta resolução.

§ 1º - O reembolso parcial ou total será pago em até 24 parcelas mensais, a serem  
efetuadas a partir de janeiro de 2021 e findadas em dezembro de 2022.

§ 2º - O valor da parcela mensal do reembolso será calculado pelo valor total do  
benefício devido, dividindo-se o montante pela quantidade de meses existentes  
entre a apresentação do pedido de reembolso e dezembro de 2022, observado o  
disposto nos artigos 4º e 7º desta Resolução.

§ 3º - Ainda que o integrante do Quadro do Magistério realize a adesão ao  
Programa Computador do Professor em data posterior a janeiro de 2021, será  
mantida a data de 31 de dezembro de 2022 como final para o pagamento das  
parcelas.

§ 4º - O integrante do Quadro do Magistério deverá possuir Conta Corrente no  
Banco do Brasil ou solução digital equivalente no Banco do Brasil para o  
recebimento do pagamento do subsídio mensal, em consonância ao Decreto  
Estadual nº 62.297, de 6 de dezembro de 2016.

§ 5º - A Secretaria de Educação poderá realizar a antecipação do pagamento das  
parcelas previstas até 31 de dezembro de 2022, desde que de forma fundamentada  
e observadas as disponibilidades orçamentária e financeira.

§ 6º - Na situação prevista no parágrafo anterior, caberá à Administração informar  
a antecipação do pagamento das parcelas aos integrantes do Quadro do Magistério.

II - o artigo 8º:

Artigo 8º - Serão elegíveis para recebimento dos subsídios os integrantes do  
Quadro do Magistério que:

I - realizarem a adesão nos termos do artigo 6º desta resolução;

II - efetuarem a solicitação de reembolso, apresentando os documentos previstos  
no artigo 7º desta resolução;

III - observarem, durante o período de percepção do benefício, os princípios  
constantes do art. 4º do Decreto 65.231, de 7 de outubro de 2020.

III - Serão incluídos os seguintes artigos 8º-A, 8º-B e 8º-C:

Art. 8º - A - Perderá o direito ao recebimento da parcela mensal do subsídio o integrante do Quadro do Magistério que:

I - cometer falta injustificada no mês de referência;

II - deixar de lançar notas e frequência no diário digital no mês subsequente do fechamento do bimestre letivo, de acordo com o calendário escolar;

III - não cumprir a carga horária de 12 (doze) horas de cursos de formação oferecidos pela Escola de e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EFAPE, a ser aferido no mês anterior ao encerramento do semestre civil.

§1º - Os cursos considerados para cumprimento do critério estabelecido no inciso III deste artigo serão definidos pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EFAPE e ficarão disponíveis para consulta no site da EFAPE.

§2º - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica aos integrantes do Quadro do Magistério dos incisos II a V do artigo 2º, desta resolução.

Art, 8º - B - Na situação prevista pelo §5º do artigo 5º desta Resolução, serão considerados:

I - o disposto nos incisos do Art. 8º; e

II - o cumprimento do previsto nos incisos I e III do artigo 8º-A no mês do pagamento.

Art. 8º - C - Ao integrante do Quadro do Magistério que não cumprir o disposto no Art. 8º-B, o reembolso será realizado na forma descrita nos § 1º e 2º do artigo 5º desta Resolução.

§1º - na situação prevista neste artigo, o integrante do Quadro do Magistério permanecerá com a obrigatoriedade de cumprimento do disposto nos incisos I e III do Artigo 8º até o mês anterior ao encerramento do Programa.

§2º - o cumprimento do previsto no inciso II do Artigo 8º

- A será averiguado no mês do fechamento do bimestre letivo imediatamente anterior ao mês de pagamento.

Artigo 2º - Ficam inalteradas as demais disposições da Resolução Seduc 78, de 27-10-2020, não expressamente alteradas pelas Resoluções Seduc 24, de 17-02-2020, e 55, de 09-06-2021.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.